

Inquérito Civil n. 06.2020.00003623-0

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Coronel Freitas, denominado **COMPROMITENTE**, e **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 83.021.824/0001-75, representado por seu **Prefeito Municipal Delir Cassaro**, com sede na Avenida Santa Catarina, n. 1022, Centro de Coronel Freitas/SC e a empresa **CVMB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 13.383.706/0001-21, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, n. 174-E, Centro, Chapecó/SC, representada pelo sócio-administrador – oitava alteração e consolidação contratual (p. 108/114), **Gilberto Matiello**, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 646.165.179-91, residente e domiciliado na Rua Amazonas, 201, Centro, neste Município de Coronel Freitas, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00003623-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, *caput* da Constituição Federal, que confere ao Ministério Público a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis, cabendo-lhe ainda adotar as medidas judiciais e extrajudiciais para fazer cumprir as disposições legais, podendo, entre outras, instaurar inquéritos civis visando à adequação de sua atuação às normas legais, nos termos do artigo 26, inciso I, da Lei n. 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar, concorrentemente, sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, art. 24, inciso VI, CRFB/88;

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), estabeleceu a responsabilidade objetiva ambiental ao causador do dano, tendo a Constituição Federal considerado imprescindível a obrigação de reparação dos danos causados ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, através de Boletins de Ocorrência lavrados pela Polícia Militar Ambiental que ocorreram danos ambientais em decorrência da execução incorreta e falta de manutenção do sistema de esgotamento sanitário projetado para o Bairro Cinquentenário;

CONSIDERANDO que foi verificada a transferência irregular de execução e manutenção dos serviços de esgotamento sanitário relacionado à estação de tratamento do Bairro Cinquentenário, em desacordo com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico e Lei 11.445/2007;

CONSIDERANDO que a estação de tratamento está localizada em parte do imóvel de Matrícula 95.836 do CRI de Chapecó, de propriedade de Darci Balbinot e Teresinha Gollo Balbinot, havendo contrato de recompra do lote com a empresa compromissária, CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda.

RESOLVEM as partes formalizar, por meio deste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, nos termos das cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

CLÁUSULA 1ª - Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas, pelos **COMPROMISSÁRIOS**, para recuperação dos danos ambientais verificados, bem como imposição de medida compensatória e adoção de medidas para a regularização da concessão dos serviços públicos de saneamento junto ao Loteamento/Bairro Cinquentenário.

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS – DA REGULARIZAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

CLÁUSULA 2ª - O COMPROMISSÁRIO - CVMB

Empreendimentos Imobiliários Ltda assume obrigação de fazer consistente em, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do presente ajuste, efetuar a entrega técnica do sistema de esgotamento sanitário – Estação de Tratamento – do Bairro Cinquentenário ao Município de Coronel Freitas, em perfeitas condições de funcionamento que deverão ser atestadas por profissional engenheiro sanitário, inclusive com a coleta e exames laboratoriais da qualidade da água.

Parágrafo primeiro: havendo justificativas técnicas devidamente apresentadas o prazo poderá ser prorrogado.

Parágrafo segundo: a parte do lote da Matrícula 95.836 do CRI de Chapecó, no qual está construída a estação de tratamento, será objeto de contrato de cessão de uso pelo empreendedor, que coletará a anuência dos proprietários, em benefício do Município, pelo prazo de 3 (três) anos, período que o Município de Coronel Freitas deverá deliberar, juntamente com a concessionária do serviço - CASAN, sobre a aquisição ou liberação do lote.

Parágrafo terceiro: a parte não utilizada do lote da Matrícula 95.836 do CRI de Chapecó poderá ser desmembrada, cumpridos os demais requisitos, e livremente utilizada pelos proprietários/possuidores, ficando livre e dispensada da cessão de uso objeto deste ajuste.

CLÁUSULA 3ª - O COMPROMISSÁRIO - Município de Coronel

Freitas, assim que receber a Estação de Tratamento Sanitário, assume a obrigação de fazer consistente em realizar a execução e manutenção dos serviços de saneamento básico no local de forma direta ou indireta, respeitando a legislação e observando as regras de concessão pertinentes.

Parágrafo primeiro: a fim de dar cumprimento à obrigação de fazer, deverá ser formalizada a entrega/recebimento do sistema de tratamento de esgoto por meio de documento específico, em até 10 (dez) dias contados da entrega técnica realizada pela empresa **CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda**, acompanhada de todos os documentos, laudos e relatórios pertinentes.

Parágrafo segundo: a fim de dar cumprimento à obrigação de fazer, deverá ser comunicada a CASAN – empresa concessionária do serviço, para

assumir o sistema no prazo de 10 (dez) dias e, inclusive, tomar conhecimento do presente procedimento e das obrigações nele constantes.

3. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS – DOS DANOS AMBIENTAIS

CLÁUSULA 4ª - OCOMPROMISSÁRIO - Município de Coronel Freitas, assume obrigação de fazer consistente em custear exames laboratoriais de coleta de amostras de água do curso d'água no qual o excedente da estação de tratamento é despejado, bem como amostras dos excedentes da estação de tratamento a fim de verificar o efetivo funcionamento do sistema. A coleta deverá ser realizadas em 180 (cento e oitenta) dias a partir da assinatura do presente termo.

Parágrafo Primeiro: a coleta será requisitada pelo Ministério Público, realizada pela Polícia Militar Ambiental e poderá ser acompanhada pelos compromissários e compromitente.

Parágrafo Segundo: o pagamento dos valores referentes aos exames laboratoriais será realizado mediante convênio já firmado entre o Município de Coronel Freitas e o LACEN – Laboratório Central.

CLÁUSULA 5ª - A título de compensação pelos danos ambientais ocasionados os COMPROMISSÁRIOS, como medida compensatória, assumem solidariamente obrigação de fazer consistente em efetuar a destinação do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, no prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do presente ajuste.

Parágrafo Primeiro: considerando que o Fundo Municipal de Saneamento Básico está em tramitação para a criação, caso ainda não tenha sido implementado quando do vencimento da obrigação, os valores deverão ser depositados em conta própria do Município de Coronel Freitas para serem posteriormente revertidos para o Fundo, o que deverá ser comprovado nos autos.

4. DO DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA 6ª - o descumprimento injustificado das obrigações de fazer ou não fazer assumidas pelos COMPROMISSÁRIOS implicará em multa, a ser

revertida em prol do Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia, em caso descumprimento das obrigações de fazer previstas nesse ajuste.

Parágrafo Primeiro: antes de declarar-se a mora, será oportunizada a manifestação dos **COMPROMISSÁRIOS** para fins de apresentação de justificativa para eventual descumprimento.

Parágrafo Segundo: além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o ajuizamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

Parágrafo Terceiro: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente lavrado pelo órgão ambiental ou agente fiscalizador comprovando o descumprimento/violação.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA 7ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta caso os compromissos entabulados sejam cumpridos dentro dos prazos e das condições previstas;

CLÁUSULA 8ª - Comprovada a inexecução dos compromissos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título e demais medidas judiciais decorrentes.

CLÁUSULA 9ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias, assim como realizar a prorrogação dos prazos, sem necessidade de aditivo, desde que haja comprovação documental para o atraso no cumprimento das obrigações;

CLÁUSULA 10 - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer

órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

Parágrafo Primeiro: Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Coronel Freitas/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste;

Parágrafo Segundo: O presente Termo poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em duas vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e artigo 585, inciso VII, do Código de Processo Civil.

Ficam, desde logo, cientificados os **COMPROMISSÁRIOS**, de que firmado o ajuste, o presente Inquérito Civil será arquivado (servindo o presente como cientificação do arquivamento), e a promoção de arquivamento será submetida à homologação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, conforme dispõe o artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85.

Coronel Freitas, 15 de junho de 2021.

Roberta Seitenfuss
Promotora de Justiça

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
Delir Cassaro – Prefeito Municipal
COMPROMISSÁRIO

CVMB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Gilberto Matiello – Sócio-administrador
COMPROMISSÁRIO